

INVESTIGAÇÃO

Denúncia liga filho de ACM a caso do grampo na Bahia

De acordo com a revista 'IstoÉ', ex-senador usava dados de gravações para embasar requerimentos

O ex-senador Antônio Carlos Magalhães Júnior (PFL) usou informações obtidas com as escutas telefônicas ilegais realizadas pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, segundo revela reportagem da revista *IstoÉ* desta semana. Levantamento feito pela revista nos arquivos do Senado indica que no segundo semestre ele enviou dez re-

querimentos a sete ministérios, todos com base nos gramos.

Júnior, como é conhecido, era suplente do pai, o senador Antonio Carlos Magalhães, e o substituiu quando ACM renunciou para evitar a cassação por causa da violação do painel de votação do Senado, em 2001. Júnior fez o primeiro requerimento de informações ao Ministério da Justiça em 6 de agosto. Os outros nove, todos de 20 de novembro, foram para as pastas de Transportes, Fazenda, Comunicações, Agricultura, Esporte e Turismo e Integração Nacional. Segundo a *IstoÉ*, os

temas dos pedidos eram variados, mas todos se baseavam em dados obtidos com os gramos.

Policiais que trabalham no inquérito da Polícia Federal julgam estar bem perto de chegar ao mandante das escutas, mas, pelos depoimentos e informações obtidos, quase ninguém duvida que tudo foi feito com conhecimento de ACM. "Há pontos que resvalam no senador", diz o procurador da República na Bahia, Edson Abdon Filho, que não revela os indícios obtidos. "Só teremos convicção de que ele é envolvido ou não depois de ouvi-lo", ressalva o dele-

gado Gesival Gomes dos Santos, responsável pelo inquérito.

Decisiva – Esta semana, o inquérito da PF entra em fase decisiva. Pelo menos seis pessoas devem ser indiciadas pela participação no esquema que gravou conversas de 132 cidadãos, entre eles os deputados baianos Geddel Vieira Lima (PMDB) e Nelson Peregrino (PT).

Uma das que podem ser indiciadas é a delegada Kátia Alves, secretária de Segurança na época dos gramos e aliada de ACM, a quem deve a indicação para o cargo, em retribuição

por esclarecer um assalto a seu apartamento. "Ela foi ao encontro do senador e lhe pediu que fosse nomeada secretária, fato que se confirmou posteriormente", disse a advogada Adriana Barreto, ex-namorada de ACM e uma das vítimas dos gramos. "A secretária chegou ao posto por ter esclarecido o furto", reafirmou Alan Farias, um dos assessores da ex-secretária.

Hoje diretora administrativa da empresa de saneamento da Bahia, Kátia é o principal elo de ACM com o esquema. Ela chegou a ser uma das autoridades mais poderosas do governo

do hoje senador César Borges (PFL). "Kátia transformou a secretaria em um braço armado do carlismo", acusa a deputada Alice Portugal (PC do B-BA).

Na Bahia, poucas pessoas se arriscavam a desafiar Kátia. Uma delas foi a juíza de Cruz das Almas, Olga Regina Guimarães, que denunciou o irmão da delegada e acusou pelo menos 16 policiais por abuso de autoridade e homicídio. Ela diz que, como resultado, sua casa chegou a ser invadida por policiais e teve seu telefone grampeado: "Foi a Kátia Alves", acusa. (Edson Luiz)